

Dívidas: Bahia reivindica

Publica

por Gorette Brandão
de Salvador

O governador da Bahia, Paulo Souto, faz coro à reivindicação pelo refinanciamento das dívidas dos estados com a União, matéria em debate no Senado Federal. Souto diz que comprometer 11% das receitas líquidas dos estados com as dívidas é insustentável. Além de defender o rebaixamento desse teto, ele quer a inclusão no novo limite das dívidas das empresas estatais, entre outros componentes financeiros.

A Bahia carrega uma dívida total de US\$ 3,6 bilhões, incluindo a parte mobiliária, compromissos externos e os contratos com agentes financeiros oficiais do País. Souto faz questão de frisar que todos os pagamentos estão sendo honrados. "Mas isso provoca uma grave diminuição da nossa capacidade de investimento", disse, observando que o estado

tem carências a resolver, em infra-estrutura e serviços para a população.

As receitas do estado, por sua vez, são da ordem de US\$ 200 milhões mensais, considerando as duas principais fontes, o ICMS e o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Dos recursos arrecadados, pouco mais de 60% vão para a folha de pagamento. Outros 10% representam gastos com custeio e 15% para os pagamentos das dívidas, incluindo o que não foi renegociado com a União, nas rodadas anteriores. Para os investimentos restam 15%.

Para o governador baiano, o mais preocupante é o crescimento da dívida mobiliária, sob o impacto das altas taxas de juro. O montante da dívida em títulos é superior a US\$ 200 milhões. "Uma parte dessa dívida foi trocada por títulos federais, com custo de rolagem um pouco menor. Porém, com a atual política de juros, esse compo-

nente sobre sem controle", frisou.

O governador disse ainda que o estado nada deve ao seu banco, o Baneb, razão da quebra de outros bancos estaduais no País. Ao contrário, observou, o que a Bahia fez foi transferir para o Tesouro dívidas em que o governo era avalista e que antes o Baneb carregava. "Não tomamos mais dinheiro do banco estadual, e essa é nossa filosofia", comentou.

Paulo Souto afirma que na presente situação, de receitas em queda ou estáveis, mas com despesas sempre tendendo a subir, por mais controle que se tenha, o pagamento das dívidas com a União em níveis tão elevados é complicado. "Uma renegociação mais realista daria uma capacidade maior de investimento, o que é uma coisa essencial para um estado como o nosso, ainda carente em infra-estrutura", concluiu.